

Artigo

Dinâmicas territoriais na Zona da Mata mineira: Reflexões sobre mineração, campesinato e agroecologia

Fabício Vassalli Zanelli

Pedro Catanzaro da Rocha Leão

69

Resumo

Neste artigo discute-se o papel da mineração nas dinâmicas territoriais da mesorregião da Zona da Mata mineira e como os atuais processos de territorialização de projetos minerários impactam as comunidades, o meio ambiente e práticas agroecológicas de produção de alimentos e reprodução da vida. Primeiramente, é apresentado um histórico da formação territorial da mesorregião, do período colonial até os dias atuais, buscando evidenciar como a mineração sempre fez parte de uma lógica que privilegia a exploração de recursos em nome do desenvolvimento regional. Em seguida, traçamos um panorama do extrativismo mineral na Zona da Mata, tratando do histórico e de seus principais conflitos territoriais e ambientais associados. Em um terceiro momento, refletimos sobre o quê e quem a mineração avança na Serra do Brigadeiro, localizada na porção central da área estudada e onde se destacam a produção agroecológica e organização camponesa no enfrentamento a empreendimentos tais como o agronegócio e o extrativismo mineral. A análise das dinâmicas territoriais na zona da mata mineira revela a existência de duas dinâmicas distintas pelas quais a mineração afeta a região, assim como duas formas diferentes de enfrentamento à mineração, em que o direito à justa reparação pelos desastres e a constituição de territórios livres de mineração figuram como esforços centrais das organizações sociais populares na região.

Palavras-chave: Mineração; Zona da Mata mineira; Conflitos; Formação Territorial; Campesinato.

Territorial dynamics in the Zona da Mata of Minas Gerais (Brazil): Reflections on mining, peasantry and agroecology

Abstract

This article discusses the role of mining in the territorial dynamics of the Zona da Mata mesoregion of Minas Gerais, as well as how the current processes of territorialization of mining projects impact communities, the environment and agroecological practices of food production and reproduction of life. Firstly, a history of the territorial formation of the mesoregion is presented, from the colonial period to the present day, seeking to highlight how mining has always been part of a logic that privileges the exploitation of resources in the name of regional development. Next, we outline an overview of mineral extraction in Zona da Mata, dealing with the history and its main associated territorial and environmental conflicts. In a third moment, we reflect on what and who is mining progress in Serra do Brigadeiro, located in the central portion of the studied area and where agroecological production and peasant organization stand out in confronting enterprises such as agribusiness and mineral extraction. The analysis of these territorial dynamics in the Zona da Mata de Minas Gerais reveals the existence of two distinct dynamics through which mining affects the region, as well as two different ways of confronting mining, in which the right to fair compensation for disasters and the constitution of territories free from Mining figures as central efforts of popular social organizations in the region.

Keywords: Mining; Zona da Mata mineira; Conflicts; Territorial Formation; Peasantry.

Dinâmicas territoriales en la Zona da Mata de Minas Gerais (Brasil): reflexiones sobre minería, campesinado y agroecología

Resumen

Este artículo analiza el papel de la minería en la dinámica territorial de la mesorregión Zona da Mata de Minas Gerais, así como cómo los actuales procesos de territorialización de proyectos mineros impactan a las comunidades, el medio ambiente y las prácticas agroecológicas de producción de alimentos y reproducción de vida. En primer lugar, se presenta una historia de la formación territorial de la mesorregión, desde el período colonial hasta la actualidad, buscando resaltar cómo la minería siempre ha sido parte de una lógica que privilegia la explotación de recursos en nombre del desarrollo regional. A continuación, esbozamos una visión general de la extracción minera en la Zona da Mata, abordando la historia y sus principales conflictos territoriales y ambientales asociados. En un tercer momento, reflexionamos sobre qué y quién es el progreso minero en la Serra do Brigadeiro, ubicada en la porción central del área estudiada y donde la producción agroecológica y la organización campesina se destacan frente a emprendimientos como el agronegocio y la extracción de minerales. El análisis de estas dinâmicas territoriales en la Zona da Mata de Minas Gerais revela la existencia de dos dinâmicas distintas a través de las cuales la

minería afecta a la región, así como dos formas distintas de enfrentar la minería, en las que el derecho a una justa compensación por desastres y la constitución de territorios libres La Minería figura como esfuerzo central de las organizaciones sociales populares de la región.

Palabras clave: Minería; Zona da Mata mineira; Conflictos; Formación Territorial; Campesinado.

Introdução

Nos últimos anos o debate sobre os limites e potencialidades do extrativismo mineral ganhou força no âmbito das ciências sociais. Pode-se dizer que isso se deu em decorrência de uma conjuntura cumulativa de desastres (Wanderley, 2021), da intensificação da mineração no Brasil e do recrudescimento dos conflitos no campo associados à expansão e/ ou consolidação de suas atividades - seja em função de conflitos pela terra, pela água ou conflitos trabalhistas. Esses processos têm desencadeado estudos críticos sobre a mineração e seus impactos associados.

71

Na Zona da Mata de Minas Gerais, há uma dinâmica regional específica que permite uma análise representativa da mineração e seus impactos socioambientais. Isso porque, através da expansão da atividade minerária, a mesorregião nos últimos anos abriga, por um lado, casos de territorialização de grandes projetos minerários e, por outro, casos de construção comunitária popular de territórios livres de mineração.

Os processos de territorialização são aqui entendidos a partir da perspectiva de Haesbaert (2004), que por sua vez, nos convoca a olhar para as ações empreendidas nos territórios. Ações que miram a dominação material e simbólica de parcelas do espaço geográfico e que etimologicamente remontam tanto à dominação da terra (área física), quanto à inspiração de terror sobre os dominados. Compreendida como a criação de mediações espaciais que proporcionam poder sobre o espaço e os processos sociais (Haesbaert, 2004), a territorialização, à medida que se efetiva, dialeticamente provoca a desterritorialização dos grupos sociais em estavam antes territorializados. Isto é, à medida que grupos, empresas, instituições ou mesmo o Estado se apropria de um território,

outras pessoas, grupos ou instituições perdem ou enfraquecem seu poder e domínio sobre o mesmo, por isso territorialização e desterritorialização são processos concomitantes e dialéticos. Portanto, quando falamos em territorialização da mineração, estamos falando da capacidade de empresas e corporações se apropriarem do território e de seu controle para exercer a atividade minerária e impor poder sobre as pessoas e seus espaços de vida.

De posse da perspectiva dos processos de territorialização das empresas e corporações minerárias e dos conflitos deles decorrentes, é que apontamos nesse texto duas dinâmicas distintas da mineração na Zona da Mata mineira. A porção noroeste (microrregião de Ponte Nova, que é parte da Bacia do Rio Doce), possui uma dinâmica de borda da mineração de larga escala estruturada no Quadrilátero Ferrífero, com conflitos decorrentes da mineração de ferro. Esta microrregião, embora não possua empreendimentos minerários significativos, sofreu danos de enorme dimensão com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG (pertencente à Samarco/Vale/BHP Billiton) no ano de 2015 - que é o maior desastre ambiental na história do país e, conforme veremos mais adiante, é a causa de inúmeros conflitos por terra e água na região desde seu rompimento.

Já na porção central, em especial na Serra do Brigadeiro, existe a presença da organização camponesa de produção agroecológica, que se contrapõe à expansão mineral da produção de bauxita pela Companhia Brasileira do Alumínio (CBA), e registra-se aí uma dinâmica de luta social pela terra/território pautada na construção de territórios livres de mineração.

Os dados de conflitos agrários associados à mineração que traremos ao longo desse trabalho irão evidenciar essas duas dinâmicas, caracterizadas por atores diferentes e respostas diferentes nas microrregiões da zona da mata mineira. Apesar disso, a análise da mineração na Serra do Brigadeiro ganha destaque, dada a intensidade dos processos minerários em curso e a conflituosidade de sua expansão na região, caracterizada pela

organização dos agricultores familiares na defesa de seu território e na afirmação de seu potencial de conservação da natureza.

Neste artigo, discute-se o papel da mineração nas dinâmicas territoriais da mesorregião da Zona da Mata mineira e como as estratégias atuais de territorialização de projetos minerários impactam processos comunitários, o meio ambiente e práticas agroecológicas de produção de alimentos e reprodução da vida. Estratégias que, de um lado, têm motivado a mobilização dos atingidos pelo rompimento de barragens, como o caso de Fundão e, de outro lado, tem motivado a luta social para impedir o avanço dos processos minerários, como no caso da Serra do Brigadeiro. A metodologia empregada baseou-se na revisão bibliográfica e na análise de dados de conflitos no campo na região, catalogados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O texto se estrutura da seguinte maneira: primeiramente é apresentado um histórico da formação territorial da mesorregião da Zona da Mata mineira, do período colonial até os dias atuais, buscando evidenciar como a mineração atravessou a história espacial da região. Em seguida, traçamos um panorama do extrativismo mineral na Zona da Mata, explorando os principais conflitos agrários associados na região. Em um terceiro momento, refletimos sobre o que e quem a mineração avança na Serra do Brigadeiro, localizada na porção central da área estudada e onde se destacam a produção agroecológica e organização camponesa no enfrentamento ao agronegócio e o extrativismo mineral.

1. História e formação territorial da mesorregião da Zona da Mata mineira

A Zona da Mata mineira é uma mesorregião do estado de Minas Gerais cuja formação territorial é edificada sob diversas formas de violência. Desde a expansão colonial europeia sobre a mata atlântica com o extermínio dos povos originários, passando pela escravização de negros até a exploração da população pobre que persiste nos dias atuais.

outros 135 municípios que formam a região da Zona da Mata, possuem, em sua grande maioria, uma população entre 4 a 20 mil habitantes. Existem indústrias importantes na região, marcadamente o setor têxtil, agroindústrias (sucos, frigoríficos) e o setor moveleiro. O setor agropecuário é expressivo em toda a Zona da Mata, com um destaque para a produção e exportação de café nas regiões de altitude, onde a agricultura familiar é uma parcela relevante dessa produção.

A história da Zona da Mata mineira, contudo, remonta a invasão colonial europeia (séculos XVI e XVII) e o início da colonização do território que viria a ser chamado de Brasil. A porta de entrada dessa dinâmica foi a penetração colonial interiorana do país a partir dos bandeirantes que atuavam em busca do ouro, da prata e dos minerais preciosos. Nesse sentido, o extrativismo mineral faz parte da dinâmica regional desde o período colonial. Segundo Silva e Iorio (2022), o contato da Zona da Mata com a civilização ocidental tem em suas origens o interesse pela extração mineral, que é marcado pelo genocídio dos povos indígenas e pela erosão de seu patrimônio cultural.

A ocupação da área ocorreu, principalmente, através da usurpação de terras indígenas e públicas pelos colonos, por meio do apossamento, e da política de aldeamento e colonização implantada pela simbiose do Estado português com a igreja, voltada à proteção dos colonizadores. O sistema de trabalho foi baseado especialmente na escravidão de nativos e de negros africanos, com pequena margem de exploração dos homens pobres livres (Carneiro, 2008, p.233).

A Zona da Mata mineira tem um traço de sua formação territorial como uma “barreira natural” ao desvio do ouro explorado na região que engloba os municípios de Ouro Preto e Mariana e transportado através da Estrada Real, destinada a evitar rotas que escapassem da fiscalização e tributação da coroa portuguesa. Essa barreira natural à expansão das vilas e cidades deu à região a alcunha de “sertões do leste”, especialmente por naturalistas viajantes do século XVIII e XIX. Carneiro (2008), porém, problematiza esta versão generalizada da ocupação e povoamento da região. Ao recorrer aos arquivos de tributação na Casa dos Contos (em Ouro Preto), no Arquivo Público Mineiro (em Belo

Horizonte) e no Arquivo Nacional (no Rio de Janeiro), este autor demonstra evidências de uma atividade agrícola significativa na área, bem como tributações significativas sobre a produção de gêneros alimentícios diversos. Para este autor, as razões para a ocorrência tardia de um povoamento expressivo na região seriam a inexistência de ouro em quantidade e qualidade na área; as restrições da coroa portuguesa, preocupada com desvios do ouro; a presença dos povos indígenas; e a densa cobertura vegetal.

Carneiro (2008) apresenta diferenciações na formação territorial da Zona da Mata mineira, demonstrando que a parcela mais ao sul (microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases) possuía maior concentração fundiária, maior presença de mão de obra escravizada e maior especialização produtiva. Ao passo que as parcelas central e norte da Zona da Mata (microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Ubá, Muriaé e Manhuaçu) possuíam menor concentração fundiária, e maior diversificação na produção de alimentos, que eram comercializados tanto na região mineradora quanto no Rio de Janeiro, capital nacional à época. A comercialização destes produtos fez com que a parcela sul da Zona da Mata atingisse os maiores graus de mercantilização da região e criou condições para que, posteriormente, o capital cafeeiro ali se instalasse.

Conforme assinalou Valverde (1958), a expansão da produção de café na Zona da Mata ocorreu de maneira muito semelhante à região do vale do médio Paraíba, inclusive por serem regiões contíguas, marcadas neste momento pelo café como produto comercial e pelo latifúndio escravocrata e aristocrata como estrutura agrária e social. A queda do ciclo do ouro conformou a Zona da Mata como região de produção agropecuária, principalmente de café, mas também com focos importantes de produção canavieira, de gado, de fumo e de algodão (Neto; Diniz, 2006).

O escoamento da produção regional foi alavancado pela Rodovia União e Indústria, inaugurada em 1861, que ligava Juiz de Fora a Petrópolis-RJ. A construção de duas ferrovias: Pedro II (que alcançou Juiz de Fora em 1875) e Leopoldina Railway (de 1874), conferiram maior importância regional para a cidade de Juiz de Fora. Rodovias e ferrovias, ao ligarem a parte sul da Zona da Mata ao Rio de Janeiro, dinamizaram a economia

cafeeira naquela parcela regional e, como consequência, “parte expressiva do capital gerado no núcleo produtivo foi retido e direcionado a atividades comerciais, de infraestrutura e financeira, especialmente nos centros urbanos de Juiz de Fora, Cataguases e Leopoldina” (Carneiro, 2008, p. 37). Neto e Diniz (2006) assinalam que, em decorrência da concentração do capital cafeeiro da Zona da Mata, Juiz de Fora é pioneira na industrialização na região, especialmente em relação à indústria têxtil.

A formação territorial da Zona da Mata mineira tem a base na produção agropecuária mercantil, que atendia as regiões mineradoras e a capital nacional. Posteriormente, a cultura do café (já existente desde meados do século XVIII) adquire maior presença na paisagem regional e sua expressividade se amplia com a instalação das malhas ferroviária e rodoviária, intensificando as relações sociais, políticas e econômicas com a cidade do Rio de Janeiro, acentuando a diferenciação intra-regional e permitindo acumulação de capital em Juiz de Fora.

A quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, gerou uma crise internacional que atingiu o Brasil com força no setor de produção cafeeira. Os impactos na comercialização do café afetaram seriamente a economia regional e fizeram com que a pecuária extensiva ocupasse as áreas que até então eram fazendas cafeeiras. Junto a isso, as mudanças globais de produção e circulação de mercadorias trouxeram novas dinâmicas ao país e à região, demarcando um período de avanço da industrialização e urbanização brasileiras. A partir da segunda metade do século XX, diversas cidades da Zona da Mata também incrementaram sua industrialização, com destaque ao setor moveleiro, têxtil, agroindustrial e de construção civil. É neste período também que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) inicia suas atuações na região, com a exploração de bauxita para produção de alumínio (Iorio; Magno, 2019).

Apesar de alguma expressividade industrial (como o polo moveleiro de Ubá - o 3º maior do país), os dados econômicos evidenciam a perda de importância da Zona da Mata na economia mineira ao longo do século XX. Carneiro (2008) fornece elementos para a

compreensão da situação: 1) a construção da cidade de Belo Horizonte, que reduziu drasticamente o investimento do estado em outras regiões e penalizou a Zona da Mata - que àquela época era responsável por importante contribuição fiscal; 2) o direcionamento de investimentos para o Vale do Aço, para consolidar a siderurgia no estado; 3) o reordenamento dos recursos para a agricultura, com programas governamentais que priorizaram a região do cerrado mineiro para a produção de grãos e gado de corte; 4) a construção de Brasília que atraiu investimentos para o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste mineiro; 5) a duplicação da rodovia Fernão Dias que incrementou as trocas econômicas com o estado de São Paulo e impactou positivamente o Sul de Minas Gerais e, por fim, 6) o fracasso de ações governamentais para dinamizar o desenvolvimento de regiões estagnadas do estado, como aconteceu com o Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata (PRODEMATA).

Nos dias de hoje, a Zona da Mata prossegue com suas disparidades internas mantendo históricos padrões de concentração da atividade econômica em sua porção mais ao sul. Apesar de ter experimentado um crescimento considerável no século XIX e no primeiro quartel do século XX, perdeu sua expressividade frente às outras regiões do estado e apresenta um quadro de estagnação econômica e de indicadores sociais desfavoráveis.

Neste cenário, através de estratégias corporativas de convencimento (Giffoni, 2019), empresas mineradoras têm avançado sobre a região, sobretudo em busca da extração e beneficiamento da bauxita – matéria-prima do alumínio. Ponta de lança deste processo, a atuação da CBA na Serra do Brigadeiro nos interessa mais de perto, pois aponta elementos de territorialização do capital corporativo que se confrontam com estratégias de resistência camponesa associada a agroecologia e organização comunitária.

2. Panorama do extrativismo mineral na Zona da Mata mineira e conflitos agrários associados: um olhar sobre a Serra do Brigadeiro

Entre a busca por ouro, diamantes, safiras, bauxitas, hematitas e outros materiais, a mineração marcou a ocupação territorial de boa parte de Minas Gerais. Na Zona da Mata, como demonstraram Silva e Iorio (2022), também houve a busca por minerais preciosos, que marcaram as primeiras entradas na região por bandeirantes. No entanto, não foi encontrado ouro em quantidade e qualidade que justificasse o interesse mineral. Diante disso, a região atravessou os séculos XVII a XIX com poucos registros de atividade minerária. Em meados do século XX, a Zona da Mata sofre o efeito indireto da mineração, com a derrubada de árvores, especialmente no entorno da Serra do Brigadeiro, localizada na porção central da mesorregião, para atender a produção de ferro-gusa pela empresa Belgo Mineira, no Vale do Aço e região metropolitana do estado (Silva; Iorio, 2022).

Nas décadas de 1980 e 1990 a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) avança com atividades de sondagem na Zona da Mata e descobre ser essa a segunda maior reserva de bauxita no país (Iorio; Magno, 2019). Daí em diante, os processos de exploração mineral na região são iniciados e inúmeras solicitações de pesquisa mineral e autorização de lavras são requeridas. A CBA inicia a extração de bauxita no ano de 1990 em Itamarati de Minas-MG, mas outros requerimentos de pesquisa e de lavra são realizados, e as pesquisas para a exploração mineral ora são intensificadas, ora se arrefecem na região, gerando preocupação em diversas organizações da sociedade civil. Já no início dos anos 2000, uma comissão de atingidos pela mineração é criada, e as atividades de conscientização sobre os impactos da mineração começam a ser realizadas na região (Silva; Iorio, 2022).

Entre os anos 2001-2011, o preço das commodities alcança um valor extremamente alto no mercado internacional, com ampla demanda e políticas de diversificação do setor de exploração mineral no país. Este processo foi caracterizado como “boom das commodities” (Mansur; Wanderley, 2023). A demanda de matérias-primas e bens naturais tem como consequência um acelerado processo de reprimarização das economias

latino-americanas, movimento evidenciado por diversos pesquisadores, como Delgado (2012), Svampa (2013), Milanez e Santos (2013) e que aponta para a priorização da produção de bens primários com pouco ou nenhum processamento - como a soja, o milho, a cana, os minérios, entre outros. Esse processo aprofunda dinâmicas de despossessão com diferentes formas de apropriação de terras e novas formas de dependência e dominação (Svampa, 2017). Na esteira dessa dinâmica, ampliaram-se as ações de empresas mineradoras nacionais e internacionais no Brasil.

Anos depois, entre 2012 a 2016, denominado período “pós-boom”, caracterizado por:

[...] um cenário de preços declinantes, retração da demanda, estratégias corporativas de redução de custos, aumento do volume extraído e alienação de ativos não essenciais como forma de compensar as perdas frente ao cenário global. [...] Nota-se, em ambos os períodos, que há uma ampliação do número de conflitos, seja pela expansão de projetos existentes ou pela implementação de novos, em correspondente avanço das fronteiras minerárias, tanto no período de boom quanto no aumento da pressão sobre territórios no período pós-boom. O aumento do volume extraído e o corte nos custos como forma de compensar as perdas com os preços declinantes, em muitos casos, resultaram em desastres graves; independente do preço dos minérios, observa-se a intensificação da extração mineral e da violência no território nacional (Mansur; Wanderley, 2023, p. 137).

Segundo o Atlas do Problema Mineral Brasileiro, 496,4 mil títulos minerários de diferentes tipos estavam ativos em 2020. Destes, 51% foram requeridos entre 2012 e 2020 (período do pós-boom das commodities), 27% foram solicitados entre 2003 e 2011 (boom das commodities) e o restante é de anos anteriores a 2002. Juntos, esses títulos ocupam uma área de 184,9 milhões de hectares do subsolo terrestre brasileiro. Todo esse processo implicou na intensificação da mineração em regiões tradicionais e na expansão do controle e disputa pelo subsolo brasileiro (Wanderley; Gonçalves, 2019).

E foi exatamente no período *pós-boom* que aconteceram os dois rompimentos de barragens mais impactantes em Minas Gerais: o da barragem do Fundão em Mariana (2015), e a Barragem da Mina do córrego do Feijão em Brumadinho (2019). O desastre de

Mariana é importante para o contexto analisado neste artigo pois, apesar do município pertencer à mesorregião Metropolitana, ele está na bacia do rio Piranga (afluente do Rio Doce), que por sua vez percorre diversos municípios da porção noroeste da Zona da Mata, na microrregião de Ponte Nova. Este desastre, de dimensões sem precedentes na história do país, atingiu 41 cidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, despejou 56 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro no Rio Doce, e ocasionou a morte de 19 pessoas.¹ Conforme afirmam Magno e Milanez (2022), os moradores de Rio Casca, Acaiaca, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Raul Soares, São Pedro dos Ferros, Rio Doce e Sem Peixe lutam para ter seus direitos reconhecidos e pela reparação ambiental dos danos sofridos.

Mas antes disso, em 2007, houve o rompimento da barragem de rejeitos de bauxita na Zona da Mata mineira, no município de Miraf. Com relação a este rompimento, Silva e Iorio (2022) mostram que os prejuízos socioambientais foram altos nos municípios mineiros e cariocas de Miraf, Muriaé e Patrocínio do Muriaé, além de Italva, Cardoso Moreira, Itaperuna e Lage do Muriaé: aproximadamente 100 mil pessoas ficaram sem água por vários dias e estima-se que 16 mil pessoas foram desabrigadas pelo rompimento da barragem. Magno e Milanez (2022) tabularam outros desastres envolvendo a atividade minerária na região, tais como o rompimento do mineroduto da Samarco em Espera Feliz no ano 2010; e o rompimento do mineroduto Minas-Rio, da Anglo-American, em Santo Antônio do Grama em 2018.

Para além deste quadro de impactos ambientais que desenvolvem diversas situações de conflitos, os dados da Comissão Pastoral da Terra organizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT) indicam um cenário conflitivo no espaço agrário da Zona da Mata mineira no que diz respeito aos conflitos em torno da água e pela terra causadas pelo avanço da mineração. Entre 2004 e 2022, foram registradas 193

¹ Ver em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>> e <<https://aedasmg.org/7-anos-dorompimentoemmariana/#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20ter%20comprometido%20a,Gerais%20e%20no%20Esp%C3%ADrito%20Santo>>

ocorrências na mesorregião da Zona da Mata. Isso corresponde a 30% do total dos conflitos agrários no estado de Minas Gerais em toda a série histórica.

Silva e Iorio (2022) apresentam um panorama dos interesses minerários na Zona da Mata, com atuação de empresas distintas. Além da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), com ações no entorno da Serra do Brigadeiro desde a década de 1950, existe a atuação da Mineração Curimbaba, na microrregião de Manhuaçu e na Serra do Caparaó, empresa que também possui processos minerários na Serra do Brigadeiro. A empresa Norsk Hydro, com processos localizados nas porções sul e central da Zona da Mata, como os municípios de Juiz de Fora, Barbacena e Ubá. Acrescenta-se na porção central, microrregião de Viçosa a atuação da Zona da Mata Mineração (ZMM).

É possível perceber que a instalação dos empreendimentos minerários na Zona da Mata mineira é concomitante com a ocorrência de conflitos, condição também observada em estudos internacionais sobre mineração. Machado Araóz (2014) afirma que esses empreendimentos provocam uma grande perturbação na vida social, não apenas por uma intervenção abrupta em suas bases ecológicas, mas também por ocasionar uma reconfiguração total na dinâmica cultural, social, econômica e política das sociedades. Para esse autor, os conflitos minerários expressam disputas sobre a capacidade e legitimidade de decidir sobre quem e como se definem as regulações necessárias para (re)produzir o território enquanto espaço de vida comum:

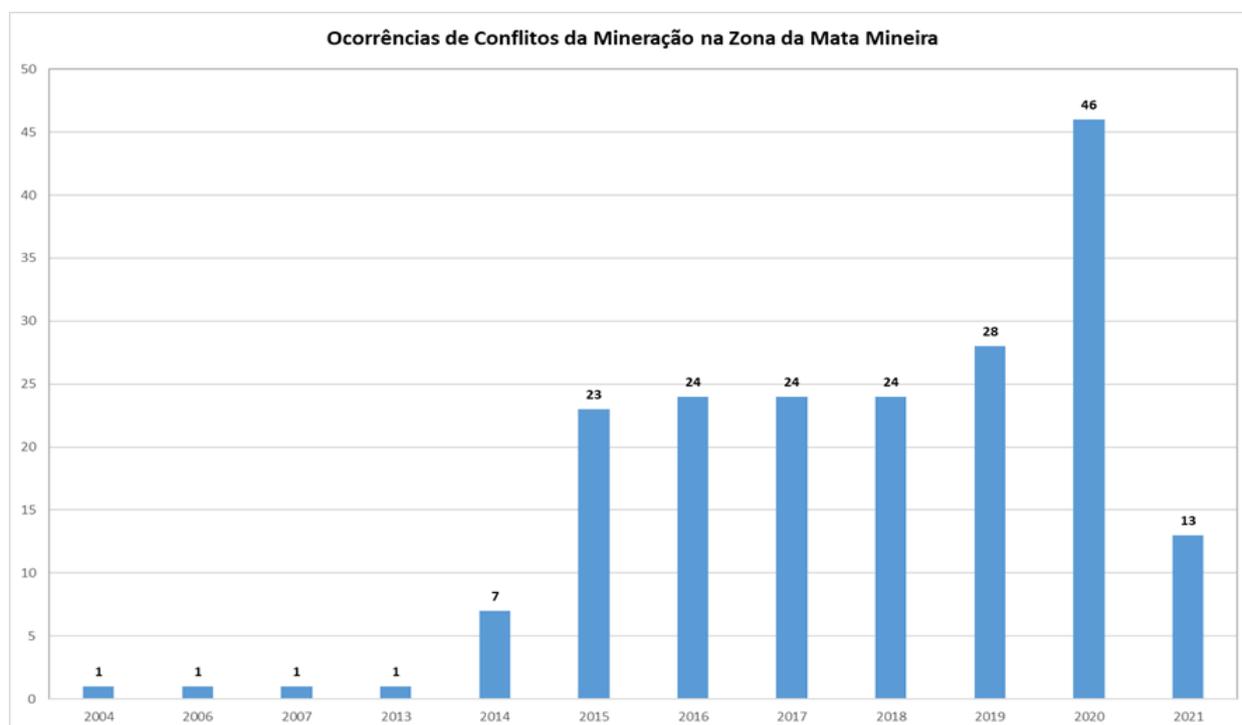
La irrupción de la ‘mina’ produce un antes y un después: la historia local se re-escibe en función de ese hito. También el conjunto de las relaciones y los vínculos preestablecidos se redefinen en función de la confrontación entre ‘pro-mineros’ y ‘anti-mineros’. La conflictividad atraviesa todos los órdenes de la vida e involucra necesariamente a todos los actores (Machado Araóz, 2014, p.61).

No esforço de compreender a conflituosidade na Zona da Mata mineira é que trataremos a seguir sobre a natureza desses conflitos, os principais atores envolvidos, municípios afetados e a frequência de acontecimentos ao longo dos anos.

Para isso, serão utilizados os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC-CPT), que realiza um trabalho inestimável de assessoria a comunidades rurais em conflitos agrários e de sistematização das ocorrências, disponibilizando um banco de dados diversificado com informações detalhadas sobre diversos conflitos no campo brasileiro desde 1985 até os dias atuais. Esse levantamento, feito através de agentes pastorais, denúncias e trabalhos de pesquisa, é uma excelente fonte de dados para a compreensão dos conflitos agrários no país. Todavia, é importante ressaltar que eles não compreendem a totalidade das situações de conflito ocasionadas pela mineração na região. Nesse sentido, dinâmicas específicas podem não ser contempladas, a depender da escala de análise.

De todo modo, os dados dos conflitos agrários indicam que há uma conflituosidade causada 1) pela permanência da mineração e ocorrências que se desenrolam de impactos ambientais decorrentes da atuação de projetos minerários de larga escala e 2) pela expansão das atividades minerárias para áreas ainda inexploradas (ver **Gráfico 1**).

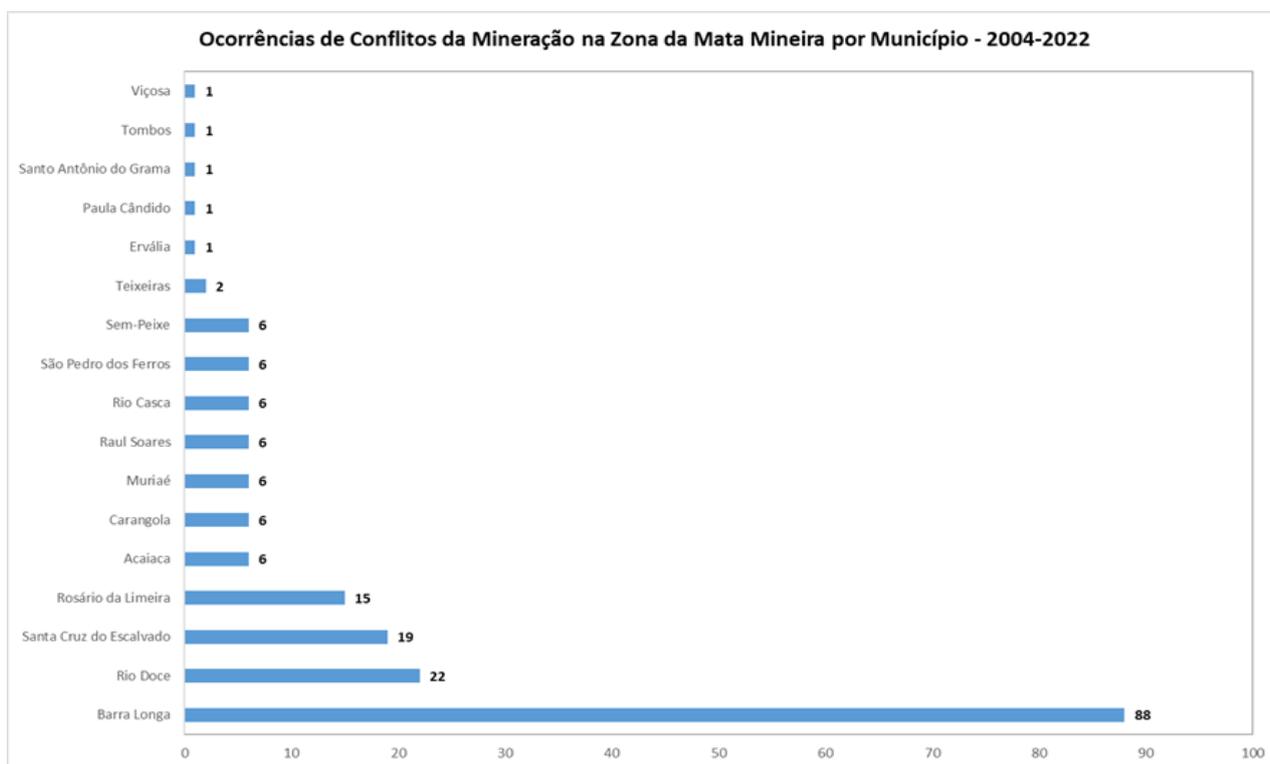
Gráfico 1 – Ocorrências de Conflitos da Mineração na Zona da Mata mineira (2004-2021).



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaborado pelos autores.

A partir de 2014, a Zona da Mata começa a registrar mais ocorrências. Mas é entre 2015 e 2019 que se mantém um padrão mais elevado, na casa das 24 ocorrências por ano. Em 2020, 46 ocorrências marcaram o ápice da série histórica. Por mais que em 2021 tenham tido menos ocorrência do que nos últimos anos, é evidente que está em jogo um cenário conflituoso no espaço agrário da Zona da Mata mineira (Ver **Gráfico 2**).

Gráfico 2 – Ocorrências de Conflitos da Mineração na Zona da Mata mineira por município.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaborado pelos autores.

Os dados por municípios mostram a força dos conflitos decorrentes da atuação da Samarco/Vale/ BHP Billiton. Todas as ocorrências nos dois principais municípios com conflitos associados à mineração na região foram decorrentes da atuação desta empresa. Em sua maioria contra ribeirinhos e pequenos proprietários, seja por conflitos em torno do uso da água, com problemas de uso e preservação, seja por conflitos por terra. Atingidos por barragens também figuram nestes municípios, sobretudo em Rio Doce, em função do desastre de Mariana (2015) e seus conflitos decorrentes. Do total da região de 193

conflitos registrados, os municípios da bacia do rio Piranga respondem por 82,38%, totalizando 159 conflitos. Conforme afirmamos anteriormente, a dimensão extraordinária do rompimento da barragem de Fundão é responsável pela maioria das ocorrências de conflito na Zona da Mata entre 2004 e 2022.

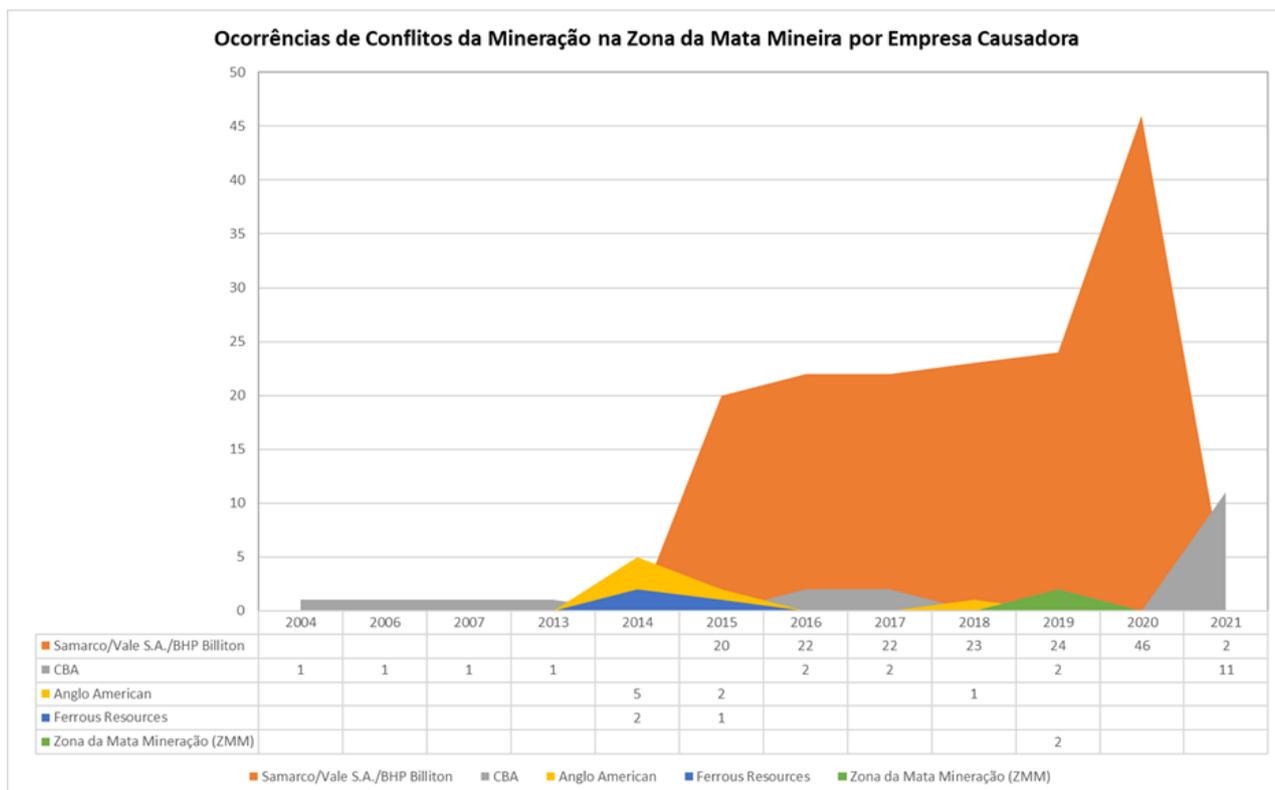
Ressalta-se que os conflitos registrados pela CPT não dão conta da diversidade de situações conflitivas que se desencadearam em decorrência do desastre. A impossibilidade de uso da água (para pesca, para garimpo artesanal, para lazer...), em decorrência da contaminação; perda de áreas de várzea, destruição de moradias, quintais, plantios e redes de sociabilidade são algumas das expressões conflitivas oriundas do desastre. No que diz respeito à questão da terra propriamente dita, o que se desenrolou na Zona da Mata foi uma dinâmica de arrasamento e precarização territorial provocada pelo desastre.

Apesar da expressividade dos conflitos na bacia do Rio Piranga, merece destaque o entorno da Serra do Brigadeiro, onde os municípios de Ervália, Muriaé e Rosário da Limeira totalizam 22 conflitos, envolvendo a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). São conflitos antigos, sendo registrados desde o primeiro até o último ano dos registros analisados. Isso revela um interesse histórico na Serra do Brigadeiro, em decorrência da região ser a segunda maior reserva de bauxita do país (Iorio; Magno, 2019). Os conflitos com outras empresas como a Ferrous Resources, Anglo American e Samarco/Vale/BHP Billiton aparecem somente entre dez e onze anos mais adiante, a partir de 2014 (**Gráfico 3**).

De acordo com a CPT, os conflitos da mineração na Zona da Mata se dão em sua maior parte devido às consequências das ações desastrosas da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. No entanto, as atividades da CBA, da Anglo American, da Ferrous e da Zona da Mata Mineração também geraram conflitos no campo na região em tela. Esses conflitos

se deram sobretudo contra ribeirinhos e pequenos proprietários. Atingidos por barragens,² pescadores e posseiros também figuram entre as principais categorias sociais que sofreram com ações de conflito (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Ocorrências de Conflito da Mineração na Zona da Mata mineira por Empresa Causadora.



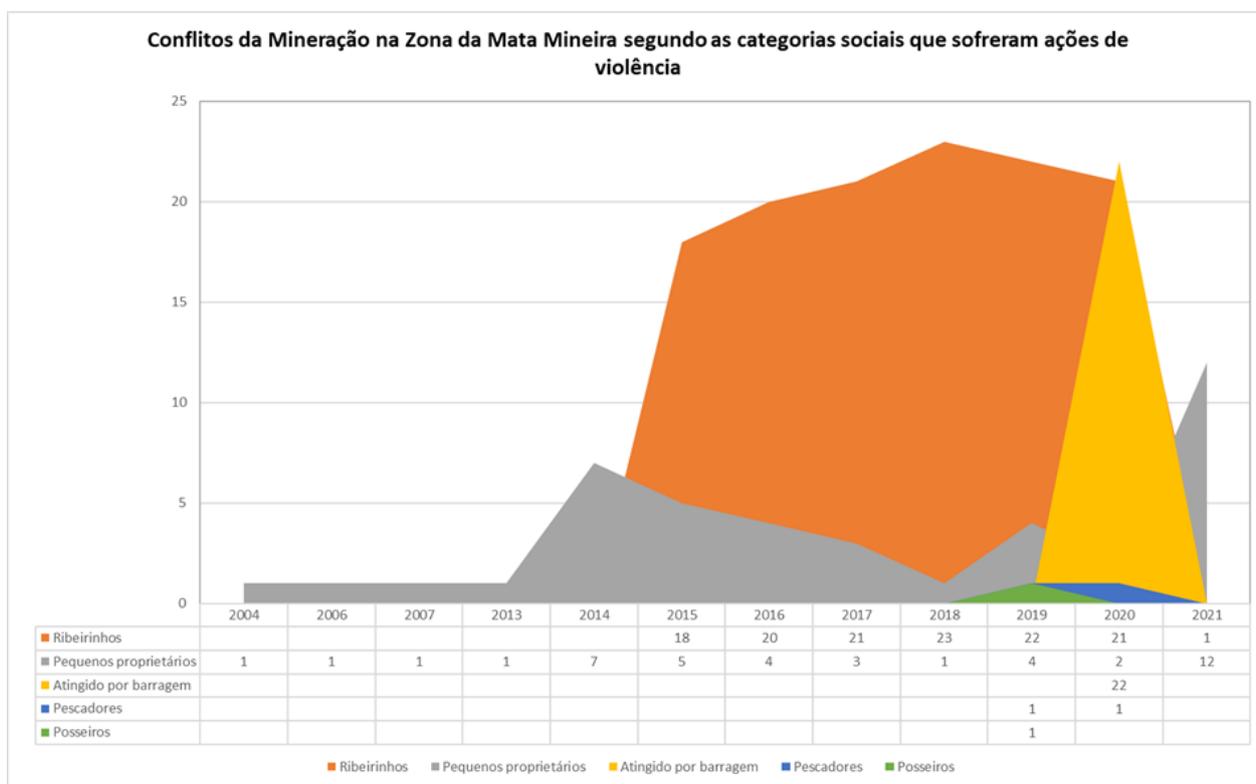
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaborado pelos autores.

Neste trabalho, são relevantes a dinâmica agrária, a organização social dos povos e comunidades e as características naturais da Zona da Mata mineira. A região se encontra no domínio da Mata Atlântica, que é o quinto *hotspot* de biodiversidade do planeta (Teixeira *et al.*, 2018). Na Zona da Mata, a biodiversidade associada ao relevo acidentado

² Atingidos por barragens, assim como todas as outras categorias sociais aqui retratadas, são categorizadas pela CPT em seu banco de dados, da maneira como se identificavam no momento do registro da ocorrência. Essas categorias sociais, como são chamadas, representam indivíduos que se identificam coletivamente da mesma forma, por exemplo: ribeirinhos, pequenos proprietários, atingidos por barragens, entre outras.

denominado “mares de morros”, e também a um regime de chuvas de 1300 mm/ano e à presença da cobertura florestal, torna a região relevante pela existência de inúmeras nascentes, córregos, cachoeiras e riachos, que alimentam três bacias hidrográficas importantes no Sudeste: do Rio Doce, do Paraíba do Sul e do Rio Itabapoana.

Gráfico 4 – Ocorrências de Conflitos da Mineração na Zona da Mata mineira segundo as categorias sociais que sofreram ações de violência.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaborado pelos autores

Em termos de patrimônio natural e unidades de conservação, existem três parques na região: O Parque Estadual do Ibitipoca, na microrregião de Juiz de Fora, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), na microrregião de Muriaé; e o Parque Nacional do Caparaó, na microrregião de Manhuaçu, e cuja delimitação está nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Para o escopo deste trabalho, daremos destaque ao PESB, seja pela intensidade dos “processos minerários” em curso, seja pela singularidade de sua demarcação, caracterizada pela organização dos agricultores familiares de seu entorno na defesa de sua permanência em seu território e na afirmação de seu potencial de conservação e proteção da natureza.

Com o passar dos anos, foi revelada uma diversidade de sujeitos e organizações sociais na região, com pautas que convergem no sentido da conservação da natureza e do protagonismo popular na condução dos processos de desenvolvimento na região. Em todos esses movimentos, a agroecologia é afirmada como uma prática já existente em seu cotidiano e, ao mesmo tempo, uma prática que deve se expandir através de uma ação conjunta entre movimentos sociais, políticas públicas e pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, faz-se relevante explorar como essas experiências se articulam em toda a mesorregião da Zona da Mata; tanto no que ali se chama de projeto de morte (agronegócio, barragens, mineração), quanto no que se chama de projeto de vida (organização social, agroecologia, conservação da biodiversidade, etc.).³ Veremos mais adiante, por exemplo, que existem municípios da Zona da Mata instituindo legislações ambientais que freiam o avanço da mineração na região. Contudo, a territorialidade da agricultura familiar camponesa na Serra do Brigadeiro é confrontada com outros processos de desenvolvimento na região, como o agronegócio e a mineração. O **Mapa 2** expressa a quantidade de processos minerários solicitados pela CBA na região.

A Serra do Brigadeiro está toda recortada por interesses minerários, o que coloca em tensão o futuro de pessoas, comunidades, unidades de conservação, organizações sociais, etc. Estes interesses, inclusive, se sobrepõem à legislação ambiental, como ocorreu com a licença de operação concedida a um projeto de mineração que abrange uma Área de Proteção Ambiental (APA), passando por cima da legislação ambiental do município. Tensão que se agrava com os desastres que ocorrem ao longo dos anos de exploração, tais como rompimento de barragem de rejeitos e vazamento de minerodutos

³ Ver: Documentário “Projeto de Morte e Projeto de vida”: <https://www.youtube.com/watch?v=G_dyMXP6Ccs>.

A primeira é referente ao rompimento da barragem de Fundão. Dada a dimensão do desastre, os dados de conflitos por terra e água na microrregião de Ponte Nova cresceram de maneira vertiginosa de 2015 até hoje. A segunda é a constituição do território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, e a terceira é a produção de novas regionalidades. A constituição de um território corporativo pode ser entendida como a apropriação do território por parte da(s) empresa(s), através de sua territorialização, para impulsionar seu ciclo de produção de mercadorias e de reprodução do capital, mesmo que isso custe a desestruturação de toda a lógica territorial preexistente. Neste território, é estabelecido “o acesso e o controle de recursos, do sistema logístico, de propriedades rurais e urbanas, etc. é essencial para as empresas, que acabam por produzir uma territorialidade que restringe ou impede o acesso de pessoas a determinadas áreas, causando conflitos diversos” (Iorio; Magno, 2019. p. 36).

A localização da Zona da Mata como região limítrofe à região mineradora do estado torna-a, na concepção de Magno e Milanez (2022) uma região de expansão do ordenamento territorial (jurídico, produtivo e cultural) exercido nas regiões do Quadrilátero Ferrífero e Serra do Espinhaço, em Minas Gerais. A expansão da fronteira provoca a produção de novas regionalidades, provocando mudanças na economia regional em termos de produção, distribuição, trocas e consumo e: “transformando as suas condições espaciais mais favoráveis à implantação de ramos de produção ainda ali não localizados” (Magno; Milanez, 2022, p.4).

Frente a este vetor de configuração de um território corporativo e da produção de novas regionalidades é que se instauram ou se acentuam os conflitos por outros modos de vida, de produção e de organização do espaço. Cabe ressaltar que a conflitualidade envolvendo populações tradicionais e mineração não é uma exclusividade da Zona da Mata mineira. Estudos de abrangência nacional afirmam que essa disputa é recorrente, pois:

[...] a atividade exige o controle do território pela expropriação de populações tradicionais, de pequenos produtores e trabalhadores rurais de

suas terras, da captura dos mananciais de água, da monopolização do subsolo e da exploração do trabalhador. Nesse sentido, tanto o processo de violação de direitos humanos como a destruição da natureza se expressam nos conflitos ambientais resultantes da mineração (Mansur; Wanderley, 2023, p. 135).

Diante de todo este quadro, fica evidente que a mineração agrava os conflitos no campo presentes na Zona da Mata mineira, sobretudo num período em que, após quase 40 anos de organização popular “em defesa da vida e do meio ambiente”,⁴ a Zona da Mata se torna Polo Agroecológico de Minas Gerais. Por esta razão, daremos enfoque às experiências agroecológicas na região, para instigar uma reflexão sobre o que realmente está em ameaça com o avanço da mineração na Zona da Mata.

3. Sobre o que e quem a mineração avança? Agroecologia, campesinato e meio ambiente na Zona da Mata mineira

Os estudos da Zona da Mata no período colonial demonstram que a mineração não teve determinação exclusiva no processo de ocupação da região, e destacam a importância da produção de gêneros alimentícios diversos para o atendimento à região mineradora e ao Rio de Janeiro, indicando inclusive a natureza “fertilíssima” da região (Carneiro, 2008). Esses alimentos eram produzidos por um campesinato formado por ‘marginalizados’ ou ‘desclassificados’ na hierarquia da sociedade mineradora como os quilombolas, os indígenas aldeados, os agregados, os homens pobres livres, posseiros ou proprietários e, inclusive, os escravos.” (Carneiro, 2008, p.166).

As fazendas e sítios dos vales do Rio Pomba e Doce (parte central e norte da Zona da Mata) se destacaram na criação de gado, de equinos para transporte de carga, porcos e ao cultivo de milho, arroz, feijão, tabaco, algodão, cana-de-açúcar e, mais tarde o café.

⁴ A expressão “em defesa da vida e do meio ambiente” foi um lema de diversas organizações sociais na região, sobretudo no período de revisão dos limites do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Em contraste com a monocultura e maior concentração de terras na parte sul, a diversificação da produção marca a formação territorial do centro e norte da Zona da Mata no período colonial e no Brasil Império. Ao que tudo indica, a diversificação atravessa gerações e permanece como um traço da identidade cultural e da expressão do trabalho camponês na região.

Em que pese o fato de uma menor concentração de latifúndios e trabalho escravizado, a produção agropecuária nessa região não se deu sem a exploração do trabalho dos mais pobres. Em conjunto com a existência do trabalho escravizado, Carneiro (2008) destaca o uso de formas como a parceria e meação para a perpetuação da dominação política e social na região.

Conforme já mencionamos anteriormente, ao longo do século XX a Zona da Mata mineira perde importância pela crise do café, pelo direcionamento de investimentos para outras regiões do estado e por programas de desenvolvimento malsucedidos. Carneiro (2008) acrescenta dois fatores que impactaram negativamente a agricultura camponesa nessa região: o excessivo parcelamento da terra, com a pulverização dos bens de partilha; e o esgotamento do seu meio de produção mais importante: as matas virgens.⁵ A consequência desse quadro é que, nas últimas décadas, os indicadores econômicos apontam uma estagnação e perda de expressão econômica da Zona da Mata mineira. Entretanto, em termos de organização social do campo, da produção de alimentos agroecológicos e da conservação da natureza, a mesorregião possui processos singulares, de expressividade nacional.

Os primórdios desta organização remontam à década de 1970, período de expansão do trabalho da Teologia da Libertação, através das comunidades eclesiais de base (CEBs). O Movimento da Boa Nova (MOBON), importante para a região, com sede no município de Dom Cavati-MG, realizava cursos com temas bíblicos e relacionados à organização e direito dos trabalhadores (Commenford, 2009).

⁵ Partes das áreas de mata foram cortadas e queimadas para preparar as áreas de produção de alimentos. Depois de um determinado tempo essas áreas ficavam em descanso (pousio) até que a mata se formasse novamente e pudesse recompor a fertilidade da área.

A religiosidade popular, trabalhada nas CEBs, juntamente com a efervescência política vivida no país, já nas décadas de 1970 e 1980, foi responsável pela constituição de inúmeras formas de organização popular, dentre elas a criação dos sindicatos de trabalhadores e a formação de diversos partidos políticos. Na Zona da Mata mineira, a teologia da libertação – que criticava a fé exclusivamente contemplativa e estimulava a fé através da ação – encorajou os trabalhadores do campo para além do espaço religioso, e dessa forma a busca pelos direitos dos meeiros, sitiantes, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários culminou na criação de inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais.

A sindicalização dos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira, a partir dos anos 1980, avançou no sentido de formação de alianças regionais e também para o avanço das relações com instituições de pesquisa e órgãos de estado. Para além dos direitos trabalhistas, os sindicatos desde o início se preocupavam com os impactos dos incêndios criminosos, da destruição das matas, da escassez das nascentes, problemas materiais que assolavam os “pequenos proprietários” e aqueles que dependiam dos recursos nas terras do “patrão”, onde não tinham poder de decisão (Commenford, 2009).

Junto a dimensão material de (re)produção do modo de vida camponês (no caso das matas, como fonte de madeira, de cipós e fibras para a construção das edificações, obtenção de alimento etc.) podemos acrescentar a dimensão cultural, herdada dos povos indígenas da região, e que confere outros significados para a existência das matas. Muitos conhecimentos foram acumulados ao longo de séculos sobre o saber das espécies medicinais, alimentares, sobre o uso das fibras, cipós, dos pigmentos naturais, das técnicas construtivas, das formas de sociabilidade etc.

As dimensões materiais e culturais, aliadas à dimensão espiritual – da interpretação bíblica do amor à natureza e a seus seres como obra da criação divina – reforçaram na trajetória da organização sindical de trabalhadores rurais da Zona da Mata uma forte preocupação ambiental. Esta preocupação vai encontrar eco na preocupação ecológica de uma parte da sociedade nessa época. Nesse contexto é que a organização dos traba-

lhadores rurais encontra um grupo de estudantes e recém-formados da Universidade Federal de Viçosa e dessa parceria dá-se a criação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), uma organização não-governamental que, nos primeiros anos se propõe a trabalhar com a “agricultura alternativa” e anos mais tarde assume o termo “agroecologia”.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, com o fortalecimento da política sindical, foram realizados na região inúmeros trabalhos relacionados, por exemplo, aos campos experimentais de milho crioulo e a criação caipira de pequenos animais como aves e porcos, preservando a variabilidade genética já existente. O trabalho, fortalecido ao longo dos anos, buscava enfrentar a expansão do uso de agrotóxicos na região, apresentando alternativas para uma produção ecológica dos alimentos. Assim, com o passar do tempo foram introduzidas práticas de conservação e manejo da vida dos solos, uso de caldas naturais para fertilização das plantas e combate dos inimigos naturais (“pragas”), compostagem, implantação e manejo dos sistemas agroflorestais, entre outras.

Com os anos, este trabalho foi aperfeiçoado, intensificando a preocupação com o protagonismo dos agricultores e o conhecimento de sua realidade de vida e trabalho. Assim, foram realizados Diagnósticos Rápidos Participativos, Diagnósticos Locais, Planos de Desenvolvimento Local, programa de formação de agricultores, programa de formação de mulheres, tanto no âmbito do manejo agroecológico quanto no âmbito dos direitos trabalhistas, das políticas públicas e do associativismo/cooperativismo.

Como consequência do avanço do trabalho sindical e da articulação crescente com a UFV e com o CTA-ZM, foram criadas uma série de cooperativas e associações em toda a região. Merece destaque a criação da Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, que transcendia as ações localizadas e passou a se preocupar de maneira mais abrangente com o contexto dos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira. A

mobilização social foi fortalecida com a campanha “Em defesa da vida e do meio ambiente”, que denunciava os perigos do uso de agrotóxicos, e anunciava caminhos alternativos.

Em meio à crescente organização e articulação do povo camponês, a proposta de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), iniciada em 1988, representou uma ameaça, e instalou uma nova etapa de mobilização. A proposta original de delimitação do PESB previa que toda área acima da cota de mil metros de altitude seria pertencente ao parque, o que expulsaria muitas famílias agricultoras que viviam nessas áreas. Um intenso processo de mobilização foi direcionado para modificar a proposta original e reconhecer o papel dos camponeses como parte importante na conservação da natureza. Com a revisão da “cota mil”, com a redução da área inicialmente prevista e com a ampliação de sua zona de amortecimento, o PESB foi criado em 1996, sendo a primeira Unidade de Conservação criada de modo participativo em Minas Gerais (Iorio; Silva, 2022; Magno; Milanez, 2022).

No ano de 2003, com a capacidade de mobilização ampliada e o fortalecimento da agroecologia, os atores regionais se mobilizam para incluir a Serra do Brigadeiro como um dos territórios da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário. Isso fez com que já no começo dessa política a Serra do Brigadeiro fosse avaliada e contemplada com um dos territórios prioritários em Minas Gerais, tendo em vista a forte presença da agricultura familiar, os trabalhos com conservação ambiental e garantia de qualidade de vida para a população rural (Silva; Iorio, 2022).

A criação do Território Rural da Serra do Brigadeiro (TRSB) previa a realização de seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Neste plano, foram priorizados cinco eixos estratégicos de ação: Preservação e recuperação do meio ambiente; turismo rural; agricultura familiar diversificada; cultura e agroindústria familiar e artesanato. A política de desenvolvimento territorial que existiu por quase dez anos foi en-

cerrada, mas deixou como legado “construir no imaginário e na vida concreta das populações da Serra do Brigadeiro uma proposta de desenvolvimento social e ambiental própria do território” (Silva; Iorio, 2022. p.150).

Cooperativas de comercialização e de crédito da agricultura familiar também foram fortalecidas nos últimos vinte anos, permitindo romper a barreira do atravessador, que limitava em grande medida a rentabilidade da propriedade camponesa. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) permitiram a aquisição de alimentos da agricultura familiar e seu repasse às escolas, hospitais e outras instituições. Diversas cooperativas e associações da Zona da Mata participam destes programas, como, por exemplo, a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf) em Muriaé (MG), que vendeu R\$3,317 milhões para o PNAE no ano de 2021.⁶

As experiências agroecológicas se ampliaram nas últimas décadas, e atualmente estão presentes não apenas no atendimento aos programas e políticas públicas, mas também em feiras agroecológicas em diversos municípios, os “mercados da agricultura familiar”, e em sua integração com as redes de consumo solidário. As mulheres também fortaleceram sua atuação regional, demonstrando sua força na economia familiar e nas organizações políticas. O Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste expressa a importância conquistada, e as Cadernetas Agroecológicas (Cardoso; Jalil; Moreira, 2021), cujos trabalhos iniciais foram na Zona da Mata, hoje possuem reconhecimento nacional entre o movimento agroecológico.

A agroecologia, trabalhada inicialmente na Zona da Mata com o movimento sindical de trabalhadores rurais, se expande e integra outras organizações sociais: O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), presente na região desde 2005, que atualmente conta com dois assentamentos; outras experiências de acesso à terra e libertação da exploração patronal como a “Conquista de Terras em Conjunto” (Campos,

⁶ Ver mais em <<https://alimentacaoescolar.org.br/noticias/2023/07/31/cooperativa-triplica-receita-com-venda-de-alimentos-saudaveis-para-o-pnae-durante-pandemia-em-mg/>>.

2006) e propriedades adquiridas por grupos de agricultores familiares através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR); as oito Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) na Zona da Mata, que trabalham com a Educação do Campo na região desde os anos 1990, com trabalho direcionado à juventude do campo, à denúncia do fechamento de escolas e ao fortalecimento da agroecologia; a articulação do movimento quilombola na região, protagonizado pela Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata (Rede Sapoqui) (Campos *et al.*, 2021). Existe também um movimento crescente de autoidentificação do povo indígena Puri na região, e segundo os dados do censo de 2022, 310 pessoas se auto identificaram como Puri nos nove municípios do entorno da Serra do Brigadeiro.⁷

Da diversidade de organizações sociais e experiências, a articulação em torno da agroecologia na Zona da Mata se destacou nos últimos anos tanto pela produção e comercialização de alimentos agroecológicos, aliada a uma capacidade de recuperação de nascentes e matas (Carneiro *et al.*, 2017).

O destaque também se dá por uma concepção mais alargada, que concebe a agroecologia como pertencente ao modo de vida camponês, e assim, relacionada à educação, às práticas populares de saúde e à cultura, por exemplo. Nesse conjunto é que as manifestações culturais populares da região (como Congados, Folias de Reis e Festas de Santo, Festas da Terra) têm sido priorizadas como espaços de fortalecimento e projeção de ações futuras. Situamos aqui também os Terreiros Culturais, que são eventos itinerantes, realizados ora em assentamentos, ora em quilombos, ora em EFAs, e que também articulam grupos e movimentos de diversas partes da Zona da Mata.

A agroecologia também se fortaleceu nas universidades e em instituições como a Embrapa, que lançou o “Marco Referencial em Agroecologia” no ano de 2006. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) editou entre 2015-2019 as agendas de agroecologia. Em 2004 foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (Aba-Agroecologia), que congrega profissionais e pesquisadores de diferentes

⁷ Dados extraídos de: <www.sidra.ibge.gov.br>.

áreas do conhecimento para contribuir com a pesquisa científica em agroecologia, e adota a tríade movimento-ciência-prática como estruturante de suas ações.

A ABA-Agroecologia foi uma das organizações centrais na construção, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Para as universidades e institutos federais, a PNAPO previu recursos específicos para apoios aos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) em todo o país. Na Zona da Mata mineira, foram criados NEAs na UFJF, UFV e no IF-Sudeste em Rio Pomba e Muriaé. Estas mudanças institucionais permitiram convergência de ações envolvendo diferentes instituições.

Por toda essa construção social de mais de quarenta anos, a Zona da Mata foi instituída em 2018 por força da lei estadual 23.207/2018 como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica de Minas Gerais, e segue sendo catalisador de experiências e práticas agroecológicas, que reverbera em todo o país, com destaque tanto para as iniciativas do povo camponês e suas organizações, quanto de extensão rural, e de atuação de pesquisa e extensão universitária.

É sobre esse território de profusão de experiências agroecológicas que os interesses minerários buscam se sobrepor e, justamente por isso, as experiências agroecológicas e a organização popular camponesa estão no cerne dos conflitos envolvendo a mineração na Zona da Mata mineira. Diante da ameaça do início da atividade minerária, é criada a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro. Instaure-se a conflituosidade pelo “uso do território” (SANTOS, 1998), tensionando entre a conformação de territórios corporativos da mineração e a conformação de territórios livres de mineração.

Considerações finais

Neste artigo, vimos que a mineração começa a transformar significativamente a Zona da Mata mineira nas últimas décadas. Isso se deu por conta de uma série de fatores,

entre os quais destacamos 1) a expansão da mineração de bauxita, 2) os impactos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, 3) e o recrudescimento dos conflitos por terra e água, em virtude do avanço do setor mineral na região.

Esses processos engendraram, pelo menos, duas dinâmicas territoriais distintas na Zona da Mata mineira que trazem diferentes naturezas de conflitos. De um lado, a franja da regionalidade do Quadrilátero Ferrífero, que afetou municípios como Barra Longa e Acaiaca e “explodiu” os dados de conflitos em decorrência dos impactos do rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana sobre populações tradicionais ribeirinhas e sobre a população urbana. Neste caso, o extrativismo mineral não ocorre dentro dos limites da Zona da Mata, mas a bacia hidrográfica é atingida, por isso tantos impactos e conflitos. Por outro lado, há a produção de territórios corporativos da mineração na Serra do Brigadeiro, caracterizados pela persistente atuação da CBA na região ao longo do tempo. Em ambos os lados existem mobilizações sociais camponesas distintas. A primeira atuando através da luta por reparação justa do rompimento da barragem e pela não-impunidade da atividade minerária diante do desastre. A segunda como resistência ao avanço do extrativismo mineral.

Também vimos que a organização camponesa e produção agroecológica ocorrem em toda a Zona da Mata, porém com diferenciações em termos da resistência. No âmbito da Serra do Brigadeiro, a agroecologia e a organização comunitária são estratégias de combate de comunidades mais engajadas politicamente, que se articulam para constituir territórios livres de mineração. Com essa articulação, afirmam um projeto popular de mineração atrelada aos interesses da sociedade brasileira, e confrontam o modelo de mineração destrutiva e a lógica que privilegia o lucro e a exploração desenfreada de bens naturais em detrimento da vida.

Agradecimentos

Agradecemos aos camponeses do entorno da Serra do Brigadeiro, em especial de Belizário (Muriaé-MG) e Rosário da Limeira-MG, que compartilharam, durante a Oficina de Cartografia Social, depoimentos e preocupações acerca do avanço da mineração na região. Essa oficina integrou a disciplina “Extrativismo Mineral, Meio Ambiente e Sociedade”, ofertada no segundo semestre de 2023 pelos programas de pós-graduação em Geografia da UFF, UFJF e UFV, em relação à qual agradecemos aos professores e estudantes, pelo aprofundamento teórico e prático da temática.

Referências

- CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria; ZEFERINO, Jaqueline Cardoso; SILVA, Julius Keniata Nokomo Alvez; SOUZA, Mariana Silva. Casa Ganga Zumba e Rede SAPOQUI: Experiências de educação quilombola na Zona da Mata Mineira. **Revista de Ciências Humanas**, v.2, nº 21, pp. 4-22, 2021.
- CAMPOS, Ana Paula Teixeira. **Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa-UFV, Viçosa, 2006.
- CARDOSO, Elisabeth Maria; JALIL, Laetícia; MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, pp. 1-13, 2021.
- CARNEIRO, Joana Junqueira; CARDOSO, Irene Maria; SILVA, Adriellem Lídia Marta Soares; FERRARI, Lucas Teixeira; PONTES, Lucas Machado; FERNANDES, Raphael Bragança Alves; CARVALHO, Anor Fiorini; FERNANDES, Elpídio Inácio. Agricultores Afirmam: Água Aumenta Com Transição Agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia** (Online), v. 12, pp. 52, 2017.

- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- COMMENFORD, John. “Como uma Família”: Sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvulo; PAULILO, Maria Ignez. (orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas. O Campesinato como sujeito político nas décadas de 1950-1980**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 307-324.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965- 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- GIFFONI, Raquel. **Conflitos Ambientais, Corporações e as Políticas de Risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à “Multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.
- IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 8, nº 2, pp.34-59, 2019.
- MACHADO ARAÓZ, Horacio. Territorios y cuerpos en disputa: extractivismo minero y ecología política de las emociones. **Interstícios**. v. 8, nº 1, pp. 56-71, 2014.
- MAGNO, Lucas; MILANEZ, Bruno. Zona da Mata mineira como fronteira de expansão da mineração: conflitos ambientais e produção de (nova) regionalidade. In: MARQUES NETO, Roberto; BATELLA, Wagner Barbosa; MILANEZ, Bruno. (orgs.). **Dinâmicas geográficas na Zona da Mata Mineira**. Curitiba: CRV, 2022, p. 247-275.
- MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Conflitos e violações da mineração sobre os territórios. In: WANDERLEY *et al.* (orgs.). **Atlas do Problema Mineral Brasileiro**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023, p. 132-197.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, nº 19, pp. 119-148, 2013.

- NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **RA'E GA, O Espaço Geográfico em Análise**, nº 12, pp.21-34, 2006.
- SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SILVA, Jean Carlos; IORIO, Gustavo. A luta por um Território Livre de Mineração na região da Serra do Brigadeiro (MG). In: MALERBA, Juliana; WANDERLEY, Luiz Jardim Martins; COELHO, Tadzio Peters (org.) **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022, p. 114-200.
- SVAMPA, Maristella. Cuatro claves para leer América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 268, pp. 50-64, 2017.
- SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 244, pp. 30-46, 2013.
- TEIXEIRA, Heitor; VAN DEN BERG, Leonardo; CARDOSO, Irene; VERMUE, Ardjan; BIANCHI, Felix; PEÑA-CLAROS, Marielos; TITTONELL, Pablo. Understanding Farm Diversity to Promote Agroecological Transitions. **Sustainability**, v. 10, nº 4337, pp. 1-20, 2018.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 20, nº 1, pp. 3-79, 1958.
- WANDERLEY, Luiz Jardim. **Barragens de mineração na Amazônia: o rejeito e seus riscos associados em Oriximiná**. Comissão Pró Índio de São Paulo, 2021.

Fabrcio Vassalli Zanelli é Mestre em Educação pela UFV, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da UFMG. Professor no Departamento de Educação da UFV. **E-mail:** fabricio.zanelli@ufv.br

Pedro Catanzaro da Rocha Leão é Geógrafo pela UFF e Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF). **E-mail:** pedroleaoo498@gmail.com

Artigo enviado em 05/04/2024 e aprovado em 20/05/2024.